



**MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL – MIR**  
**CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR**

**ATA DA 86<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28 E 29 DE MAIO DE 2024**

1 Aos vinte e oito de maio de dois mil e vinte e quatro, às nove horas da manhã, horário de Brasília, no  
2 Auditório Ana Paula Crosara, 8º andar, SCS, quadra 9, Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A,  
3 Brasília/DF, foi realizada a 86<sup>a</sup> Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Promoção de Igualdade  
4 Racial – CNPIR. Estiveram presentes, pelo Poder Público, a Presidenta do Conselho e Ministra de  
5 Estado da Igualdade Racial, **Anielle Francisco da Silva**; o Conselheiro Titular da Casa Civil da  
6 Presidência da República (CC/PR), **Marcos Fábio Cardoso De Faria**; a Conselheira Titular do  
7 Ministério das Cidades (MCidades), **Marilda Oliveira De Brio Cohen**; a Conselheira Suplente do  
8 Ministério das Comunicações (MCom), **Camilla Kely Pacheco Perpétuo**; a Conselheira Titular do  
9 Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), **Ana**  
10 **Carolina Souza Ferreira**; a Conselheira Titular do Ministério da Integração e do Desenvolvimento  
11 Regional (MIDR), **Daniela Luciana Da Silva**; o Conselheiro Titular do Ministério da Justiça e  
12 Segurança Pública (MJSP), **Seimour Pereira De Souza Filho**; a Conselheira Titular do Ministério  
13 do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), **Claudia Regina Sala De Pinho**; o Conselheiro  
14 Suplente do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), **Anderson Luiz Alves De Oliveira**; a  
15 Conselheira Titular do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), **Anatalina Lourenço Da Silva**; a  
16 Conselheira Suplente da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR), **Andréia Amorim**  
17 **Dias**; Estiveram presentes, pela Sociedade Civil, a Vice-Presidente e Conselheira Titular da União de  
18 Negras e Negros pela Igualdade (UNEGRO), **Marina Lais Duarte Da Silva**; a Conselheira Suplente  
19 da Associação dos Agentes de Pastoral Negros do Brasil (APNs), **Valdice Gomes Da Silva**; a  
20 Conselheira Titular da Associação Nacional das Mulheres Ciganas (ANMC), **Edvalda Bispo Dos**  
21 **Santos Viana**; o Conselheiro Suplente da Casa de Cultura Ile Ase D'osoguia (CCIAO), **Danilo**  
22 **Moura**; a Conselheira Titular da Central Única dos Trabalhadores (CUT), **Maria Júlia Reis**

23 **Nogueira**; o Conselheiro Titular da Coalizão Negra Por Direitos (CND), **Airton Ferreira Da Silva**;  
24 o Conselheiro Titular do Coletivo de Entidades Negras da Bahia (CEN-BA), **Antonio Ricardo**  
25 **Herculano Da Silva**; O Conselheiro Suplente do Coletivo Nacional de Juventude Negra  
26 (ENEGRECER), **Afonso José Dias Gomes**; a Conselheira Titular da Coordenação das Associações  
27 das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (MALUNGU), **Carlene Patricia Santos**  
28 **Printes Cabral**; a Conselheira Titular da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades  
29 Negras Rurais (CONAQ), **Maria Aparecida Ribeiro De Sousa**; o Conselheiro Titular da  
30 Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN), **Igor Correia Dos Prazeres**; a Conselheira  
31 Titular do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz  
32 Africana (FONSANPOTMA), **Iyá Vera Beatriz Soares**; a Conselheira Suplente do Fórum Nacional  
33 de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS), **Bruna Ravena Braga Dos Santos**; a  
34 Conselheira Titular do Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado, **Deuzília Pereira Da Cruz**;  
35 a Conselheira Titular do Instituto Alma Preta Jornalismo, **Elaine Maria Da Silva De Toledo**; a  
36 Conselheira Titular do Movimento Negro Unificado (MNU), **Rosa Negra**; a Conselheira Suplente  
37 da Rede Amazônia Negra (RAN), **Byany Sanches**; o Conselheiro Suplente da Rede Nacional de  
38 Religiões Afro-Brasileiras e Saúde - RENAFRO SAÚDE, **Olumidê Betinho**. Estiveram presentes,  
39 como Notório-Saber, a Conselheira **Zélia Amador de Deus**; e o Conselheiro **Wanderson Flor do**  
40 **Nascimento**. Estiveram presentes, como convidados, a Secretária Executiva Adjunta, **Ana Míria**  
41 **Carinhanha**, o Secretário de Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, **Yuri**  
42 **Silva**, a Diretora de Articulação Interfederativa, **Isadora Bispo**, a Diretora de Quilombolas e Ciganos,  
43 **Paula Balduíno**, a sra. **Magali Naves** e a sra. **Mônica Oliveira**. Por fim, estavam igualmente  
44 presentes a equipe da Secretaria-Executiva do Conselho, composta pela Secretária Executiva do  
45 Conselho, **Larissa da Cruz Santiago**; Coordenadora da Secretaria-Executiva do Conselho, **Híris de**  
46 **Paulo Martins**, e Assistente Administrativa do CNPIR, **Edna Gabrielle da Silva**. Com a palavra, a  
47 Ministra (MIR) e Presidenta do CNPIR, Sra. Anielle Francisco da Silva, cumprimentou os presentes,  
48 explicou a programação do dia, que incluiu *Leitura da Ordem do dia e Verificação da presença e da*  
49 *existência de quórum às 09h; Abertura com fala da Ministra às 09h30; Informe sobre a Ata da 85ª*  
50 *Reunião Ordinária à 09h45; Informes sobre encaminhamentos de Requerimentos e Ofícios, sobre*  
51 *GT Revisão de Marcos Legais, Apresentação de Sugestão de Moção/Recomendação PL de Cotas e*  
52 *outras Moções, Recomendações e Resoluções às 10h; Inscrições para Fala e Deliberações às 10h30;*  
53 *Informes da SQPT sobre a Política Nacional de Povos Ciganos e Programa Aquilomba Brasil,*

54 *Informes do SENAPIR sobre o PLANAPIR e Informes da DGA sobre a Portaria de Diárias e*  
55 *Passagens às 10h45; Inscrições para Fala e Deliberações às 11h15; Informe sobre a Conferência*  
56 *da 6ª Região da Diáspora Africana, Indicações para Comissão Nacional de População e*  
57 *Desenvolvimento (CNPD) e para Fórum Interconselhos às 11h30; Intervalo de almoço entre às*  
58 *12h30 e às 13h30; Inscrições para fala e Deliberações às 13h30; Deliberação sobre Datas, Eleição*  
59 *da Comissão Organizadora e Subcomissões da V CONAPIR às 14h30; Inscrições para fala e*  
60 *Deliberações às 15h30; Eleição da Mesa Diretora às 16h; Inscrições para fala e Deliberações às*  
61 *17h; Informes Finais às 17h30; e Repasse da Ata e Encerramento às 17h45*, e apresentou informes  
62 sobre a situação trágica no Rio Grande do Sul, mencionando que ela e o ministro Sr. Paulo Teixeira  
63 viajariam até lá, o que poderia afetar sua presença na reunião. Ela mencionou um evento em São  
64 Paulo com a Sra. Graça Machel, viúva de Nelson Mandela, o que exigiria sua partida para o aeroporto  
65 em breve. Ela sugeriu ajustar a ordem da reunião para acomodar esses compromissos, incluindo a  
66 fala dos membros presentes, para garantir que todos pudessem participar. O Conselheiro Igor dos  
67 Prazeres (CONEN) sugeriu ao pleno e à mesa uma discussão sobre a inversão da ordem do dia, com  
68 base em uma reunião da sociedade civil realizada no dia anterior. Ele propôs iniciar a reunião com  
69 quatro pontos de pauta prioritários, sendo esses: a 5ª CONAPIR, a eleição da Mesa Diretora, os  
70 requerimentos da RAN (Rede Amazônia Negra) e a revisão dos Marcos Legais, além de  
71 recomendações a serem apresentadas à Ministra e Presidenta do CNPIR. Ele enfatizou a importância  
72 de analisar esses pontos antes de abordar os outros itens da pauta apresentados pela presidenta. A  
73 Secretária Executiva do CNPIR, Larissa Santiago, apresentou duas propostas para a sequência dos  
74 debates. A primeira era começar pela 5ª CONAPIR, enquanto a segunda, seria ouvir as demandas  
75 primeiro e depois repassar os temas previamente estabelecidos. Ela mencionou a importância de  
76 abordar a conferência da diáspora e a situação do Rio Grande do Sul. A Vice-presidente e Conselheira  
77 Marina Lais Duarte (UNEGRO), em acordo com o pleno da sociedade civil, destacou três pautas  
78 prioritárias: a 5ª CONAPIR, a eleição da mesa diretora e a apresentação dos marcos legais. Ela  
79 agradeceu aos membros do conselho e destacou a importância de ouvir a comunidade trans, cuja pauta  
80 também era prioridade. Assim, decidiu seguir com a ordem dos trabalhos proposta, garantindo que  
81 todos os temas importantes fossem discutidos. Informou sobre as últimas reuniões da Coordenação  
82 Executiva da 5ª CONAPIR e apresentou uma proposta de troca de data da 5ª CONAPIR. Inicialmente,  
83 relembrou que o conselho havia acordado que a conferência nacional seria de 17 a 21 de março de  
84 2025, mas que não houve tempo suficiente para organizar a proposta. Recordou que o período

85 proposto pela equipe do MIR era de 17 a 21 de novembro de 2025, contudo, como o conselho  
86 encerraria suas atividades em novembro de 2025, avaliou-se que essa data não seria viável. Em  
87 conclusão, relatou que a Coordenação Executiva sugeriu realizar a conferência em julho de 2025. Ela  
88 abriu a discussão para ouvir as opiniões dos presentes. O Conselheiro Antônio Herculano (CEN)  
89 expressou a necessidade de garantir que a conferência ocorresse em julho, sugerindo que a comissão  
90 e subcomissão trabalhassem em um plano detalhado para assegurar que tudo estivesse em ordem até  
91 a primeira quinzena do mês, possibilitando melhores condições para a realização do evento. A  
92 Conselheira Maria Júlia Nogueira (CUT) reforçou que o conselho inicialmente havia decidido por  
93 uma data, mas perceberam que não seria possível cumpri-la devido ao processo necessário. Ela  
94 destacou que, na última reunião da Coordenação Executiva, a data de novembro de 2025 foi  
95 considerada, mas como o mandato do conselho é de dois anos, a responsabilidade pela conferência  
96 poderia não estar mais em suas mãos. Ela propôs realizar a conferência em julho de 2025, uma data  
97 simbólica, em homenagem à Tereza de Benguela, e enfatizou que a sociedade civil também apoiava  
98 essa data. A Conselheira Byany Sanches (RAN) expressou grande preocupação com a realização da  
99 conferência, destacando que muitos municípios já haviam realizado conferências com documentos  
100 do governo anterior. Ela afirmou que era crucial revisar esses documentos à luz das novas  
101 perspectivas e definições do atual governo. Ela enfatizou a importância de sair da reunião com  
102 decisões claras e concretas sobre a data e os temas da conferência, para orientar os estados e  
103 municípios e fortalecer a valorização da democracia e da população negra, especialmente das  
104 mulheres negras. A Diretora Isadora Bispo DAI/SENAPIR/MIR) expressou a mesma preocupação  
105 com os municípios do Rio Grande do Sul e destacou as dificuldades enfrentadas devido à conjuntura  
106 atual do país. Ela mencionou que o Ministério da Igualdade Racial herdou um processo de conferência  
107 complicado pelo pós-pandemia, o que gerou discussões sobre a realização presencial. Com a  
108 aproximação das eleições e os impedimentos legais, a mobilização da sociedade civil e dos  
109 municípios ficou prejudicada. Ela enfatizou a necessidade de pensar na validação das conferências e  
110 na mobilização pós-eleitoral, pois a reorganização dos governos só se estabilizaria a partir de março.  
111 Ela questionou se haveria tempo suficiente para preparar a conferência até julho e ressaltou a  
112 importância de cumprir o tempo legal, político e social necessário para o processo. O Conselheiro  
113 Igor dos Prazeres (CONEN) reforçou a importância da conferência e mencionou a demora na  
114 definição de uma nova data. Ele ressaltou que as decisões do conselho precisam ser cumpridas  
115 regimentalmente e destacou a composição paritária do conselho entre sociedade civil e governo. Ele

116 mencionou que várias datas e condições foram propostas e debatidas, e que a Coordenação Executiva  
117 já tinha um parecer claro sobre a realização da conferência em julho. Ele enfatizou a necessidade de  
118 sair da reunião com deliberações concretas sobre a data e os temas, para garantir a organização nos  
119 municípios. A Vice-presidente e Conselheira Marina Lais Duarte (UNEGRO) informou sobre a  
120 construção do novo regimento e texto base da conferência, mencionando que o decreto já estava  
121 encaminhado à Casa Civil. Ela destacou a necessidade de aprofundar a conversa com os municípios  
122 e estados que já realizaram a 5<sup>a</sup> CONAPIR, para alinhar as novas diretrizes sem desfazer o trabalho  
123 já realizado. Ela ressaltou a importância de aproximar os delegados dessa nova construção e garantir  
124 que as mudanças necessárias fossem feitas em colaboração com todos os envolvidos. A Conselheira  
125 Edvalda Bispo (ANMC) destacou a importância da CONAPIR para todos os segmentos e sugeriu que  
126 a discussão sobre a conferência fosse abordada na próxima reunião devido ao tempo apertado. Ela  
127 expressou a frustração da comunidade cigana pela ausência do "Maio Cigano" pelo segundo ano  
128 consecutivo, enfatizando que essa celebração é fundamental para levantar pontos e fazer pontuações  
129 importantes para a comunidade. Ela pediu que o Ministério da Igualdade Racial e outros ministérios  
130 olhassem com mais atenção para a pauta dos povos ciganos, mencionando também a falta de respostas  
131 sobre o edital BRA 15, que foi vencido pela associação, mas não teve continuidade devido à transição  
132 de governo. Ela solicitou uma resposta clara sobre o andamento desse edital. O Conselheiro Antonio  
133 Herculano (CEN) falou sobre as dificuldades de realizar a conferência, mas destacou a  
134 responsabilidade do governo e da ministra. Ele mencionou a importância de uma ação conjunta e  
135 relatou a articulação feita em Pernambuco, onde houve colaboração com diversos prefeitos e  
136 vereadores, inclusive de diferentes espectros políticos. Ele reforçou que, apesar das dificuldades,  
137 havia um forte desejo de fazer a conferência acontecer, contando com o apoio da sociedade civil. A  
138 Conselheira Byany Sanches (RAN) destacou a importância de manter a conferência em julho. Ela  
139 mencionou que, apesar das dificuldades fiscais e burocráticas, a data de julho era simbolicamente  
140 importante e favorecia a visibilidade das mulheres negras. Ela argumentou que novembro seria  
141 inviável devido às muitas agendas já estabelecidas no movimento negro. Enfatizou que a prioridade  
142 era garantir a conferência em julho, pois isso fortaleceria as políticas voltadas para os municípios e o  
143 debate sobre as mulheres negras. A Conselheira Bruna Ravena (FONATRANS) reforçou a  
144 necessidade de suspender a decisão para dialogar mais e obter dados claros sobre os conselhos  
145 estaduais. Ela mencionou a importância de incluir a conferência nas leis de diretrizes orçamentárias  
146 e a necessidade de decisões rápidas para que os municípios e estados possam se preparar. Ela também

147 destacou a falta de retorno do ministério para atividades e convites feitos pelo FONATRANS,  
148 ressaltando a necessidade de uma comunicação mais efetiva. Ela fez um apelo para que a Ministra  
149 estivesse mais próxima da população trans e travesti, mencionando a criação de um banco de  
150 currículos para pessoas trans e travestis negras e a importância de oportunidades no mercado de  
151 trabalho. Convidou o conselho e o ministério a apoiarem uma atividade sobre transracismo ambiental  
152 em julho, buscando uma maior proximidade e diálogo para construir políticas afirmativas para a  
153 população trans. A Ministra (MIR) e Presidente do CNPIR, Anielle Francisco da Silva afirmou que  
154 não se opunha à realização da conferência em julho de 2025 e sugeriu que fosse iniciada em 25 de  
155 julho conjuntamente com a Marcha Nacional das Mulheres Negras, que tem a expectativa de reunir  
156 um milhão de mulheres negras em Brasília. Ela destacou que não conseguiu estar presente em todas  
157 as agendas devido à sua intensa programação, mas garantiu que verificaría os convites mencionados  
158 pela Conselheira Bruna Ravenna. Ela ressaltou a importância do banco de currículos de pessoas negras  
159 e trans, afirmando que muitos ministérios procuraram esses currículos. Ela reiterou a abertura ao  
160 diálogo e à crítica construtiva, mencionando que a atenção ao Rio Grande do Sul exigiu um grande  
161 esforço recentemente. Ela se despediu, pedindo licença para se retirar e se colocou à disposição. A  
162 Conselheira Rosa Negra (MNU) destacou a importância de a Ministra estar mais presente e sugeriu  
163 que, quando ela não pudesse comparecer, enviasse representantes do Ministério. Ela enfatizou a  
164 necessidade de proximidade com o Ministério para fortalecer tanto o MIR quanto o CNPIR,  
165 mencionando que o fortalecimento mútuo é essencial para o sucesso das iniciativas. A Conselheira  
166 Iyá Vera Soares (FONSANPOTMA) fez um pedido urgente para que a ministra visitasse a região  
167 devido à situação crítica enfrentada pela população preta e tradicional. Ela destacou a falta de apoio  
168 do poder público e a necessidade de visibilidade e atenção para as comunidades afetadas pelas  
169 recentes calamidades no Rio Grande do Sul. Enfatizou a importância da presença da Ministra Anielle  
170 para dar visibilidade e apoio emocional à população negra, periférica e tradicional do Rio Grande do  
171 Sul, especialmente para os praticantes das religiões de matriz africana, que foram severamente  
172 impactados. A Ministra (MIR) e Presidente do CNPIR, Anielle Francisco da Silva, pediu às  
173 assistentes que informassem à Conselheira Iyá Vera Soares sobre sua agenda do dia seguinte assim  
174 que possível. Ela destacou que, na semana passada, sentou-se com parlamentares do Rio Grande do  
175 Sul e outras lideranças e prometeu manter a conselheira informada assim que obtivesse uma posição  
176 sobre a agenda. A Conselheira Valdice Gomes (APNs) reforçou a importância de realizar a  
177 conferência em julho de 2025 e mencionou a angústia dos estados em relação à decisão. Ela propôs

que a conferência ocorresse de 22 a 25 de julho, terminando com a Marcha Nacional das Mulheres Negras. A Secretária-Executiva Adjunta do MIR, Ana Míria, expressou preocupação com o tempo necessário para organizar a conferência, mencionando etapas municipais, estaduais, conferências livres e comunidades tradicionais. Ela destacou que, embora não houvesse objeção quanto à data de julho de 2025, era importante garantir tempo suficiente para a execução adequada das etapas. Ela também mencionou a possibilidade de recondução do mandato dos conselheiros, conforme Regimento Interno do CNPIR, como uma alternativa para garantir que os estados e municípios tivessem tempo hábil para aprofundar as discussões e realizar suas etapas e que o Pleno do CNPIR não fosse recomposto no meio do processo, podendo permanecer com a atual composição por um período maior. Destacou o pedido da Ministra de que a 5<sup>a</sup> CONAPIR não encerre com a Marcha, mas sim que comesse com ela em 25 de julho de 2025. A Vice-presidente e Conselheira Marina Lais Duarte (UNEGRO) destacou a necessidade de finalizar a questão da data da CONAPIR e propôs um acordo para encaminhar a votação das datas. Ela mencionou que, como o dia 25 de julho é uma sexta-feira, seria necessário iniciar a conferência no dia 22 e finalizar com a marcha no dia 25, considerando que sábado e domingo não haveria pagamento de diárias para conselheiros e conselheiras. A Diretora Isadora Bispo (DAI/SENAPIR/MIR) ressaltou a importância das diárias e outros encaminhamentos relacionados à conferência. Ela destacou que, mesmo com a pressão interna para que a conferência aconteça, é necessário considerar os dados apresentados, como a prorrogação do mandato e a questão das diárias. Ela mencionou que, com um decreto vigente convocando a conferência, seria possível garantir diárias nos finais de semana. Ela sugeriu que o grupo deveria conversar sobre esses novos elementos para tomar uma decisão informada. O Conselheiro Igor dos Prazeres (CONEN) abordou a interpretação do regimento em relação à recondução do mandato, destacando que a discussão foi extensa na reunião anterior. Ele explicou que a Resolução nº 7, de 27 de outubro de 2020, permite apenas uma recondução para as instituições eleitas para um mandato, impedindo três mandatos consecutivos. Ele esclareceu que a recondução pelo pleno não se sobrepõe à portaria que define o início e término do mandato. Ele enfatizou que a recondução deve respeitar os princípios do Estado Democrático de Direito e que o trâmite legal para a eleição dos membros da sociedade civil deve ser seguido rigorosamente. A Vice-presidente e Conselheira Marina Lais Duarte (UNEGRO) apresentou duas propostas de data da 5<sup>a</sup> CONAPIR para votação, conforme encaminhamentos dos conselheiros e das conselheiras. A primeira proposta foi pelo início da 5<sup>a</sup> CONAPIR no dia 22 de julho de 2025, findando no dia 25 de julho com a Marcha Nacional das Mulheres Negras. A segunda proposta foi

209 iniciar com a Marcha Nacional das Mulheres Negras no dia 25 de julho de 2025 e findando no dia 29  
210 de julho. Os representantes votaram e a segunda proposta teve 18 (dezoito) votos, contra 9 (nove)  
211 votos da primeira proposta. Ato seguinte, destacou que a pauta da 5<sup>a</sup> CONAPIR ainda precisava ser  
212 discutida, especialmente sobre a Comissão Organizadora. Mencionou que o regimento atual da 5<sup>a</sup>  
213 CONAPIR prevê que a Ministra, a Secretaria Executiva do CNPIR e todos os titulares do conselho  
214 fazem parte da Comissão Organizadora e que a proposta da sociedade civil é reduzir essa quantidade  
215 e distribuir os conselheiros entre as Subcomissões para facilitar o processo. Apresentou a proposta de  
216 que a Comissão Organizadora seja composta pela Ministra e Presidente do CNPIR, a Vice-presidente  
217 do CNPIR, além de 8 (oito) Conselheiros, dos quais 4 (quatro) seriam Coordenadores das  
218 Subcomissões da V CONAPIR, sendo cada Subcomissão composta por 8 (oito) integrantes. Ela  
219 explicou que essa estrutura facilitaria o desenvolvimento dos trabalhos. A Secretaria Executiva do  
220 CNPIR, Larissa Santiago, explicou que cada Subcomissão teria um coordenador e que os  
221 coordenadores das Subcomissões participariam da Comissão Organizadora, mencionando as 4  
222 (quatro) subcomissões de metodologia e temas, subtemas e relatoria; comunicação; logística; e  
223 articulação e mobilização. Ela ressaltou a necessidade de decidir se manteriam o regimento atual ou  
224 adotariam a nova proposta com uma Comissão Organizadora de 8 (oito) membros e Subcomissões  
225 menores. O Conselheiro Marcos Faria (CC-PR) destacou a importância de qualificar melhor os  
226 informes nas reuniões, mencionando que o debate sobre a data da conferência incluiu a possibilidade  
227 de julho e novembro. Ele ressaltou que a decisão de manter a data de março foi respeitada, mas a  
228 mudança para outras datas foi discutida devido às circunstâncias. O Conselheiro Antonio Herculano  
229 (CEN) cumprimentou a Secretaria Executiva do CNPIR, mas registrando que neste momento ela era  
230 a única representante do Ministério e que a função da Secretaria Executiva do CNPIR é prestar o  
231 apoio administrativo para o Conselho, sugerindo que seria importante outra representação do  
232 Ministério estar igualmente presente durante toda a reunião do Pleno. Ele sugeriu que a Comissão  
233 Organizadora tivesse mais tempo para apresentar suas propostas, enfatizando a necessidade de  
234 formularem uma melhor proposta para as comissões e subcomissões, garantindo que todos tenham  
235 trabalho e evitando ir contra o que já foi discutido e levantado pela comissão. A Secretaria Executiva  
236 do CNPIR, Larissa Santiago, registrou a presença do Ouvidor Sr. Fábio Moassab, da Chefe,  
237 substituta, da Assessoria Especial da Ministra, Josiara Barbosa, do Chefe de Gabinete da Secretaria  
238 Executiva, Luiz Barros, da nova Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade, Marcilene  
239 Garcia, do Diretor de Gestão e Administração, João Vitor Souza Batista, e da Diretora de Políticas

240 para Quilombolas e Ciganos, Paula Balduino, que precisou sair temporariamente. Explicou que os  
241 convites foram mantidos apesar da inversão da pauta e pediu desculpas por isso. Ela apresentou uma  
242 proposta do conselheiro Antonio Herculano para que a sociedade civil tivesse um tempo para articular  
243 e pensar na composição das Subcomissões e da Comissão Organizadora da 5<sup>a</sup> CONAPIR. A  
244 Conselheira Maria Julia (CUT) fez uma saudação, destacando a importância da presença de todas as  
245 representações do poder público no Conselho nas reuniões, mencionando a presença constante de  
246 apenas alguns dos representantes do governo federal, a exemplo da Casa Civil, Ministério das  
247 Mulheres e Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional. Ela ressaltou a importância de  
248 considerar tanto a visão da sociedade civil quanto a gestão das políticas públicas. Ela elogiou a  
249 representação do Ministério da Igualdade Racial na reunião, destacando a presença do Chefe de  
250 Gabinete e do Ouvidor, e sugeriu que essa prática de maior participação do MIR nas reuniões fosse  
251 adotada regularmente para sanar dúvidas burocráticas e melhorar a comunicação. A Secretaria  
252 Executiva do CNPIR, Larissa Santiago, sugeriu que no retorno do intervalo para o almoço, os  
253 conselheiros e conselheiras articulassem uma decisão sobre a composição das Subcomissões e da  
254 Comissão Organizadora, de modo que, antes do almoço, fosse possível ouvir assuntos importantes  
255 presentes na pauta e que foram solicitadas por meio de requerimento de conselheiros, como a sexta  
256 conferência da diáspora africana nas américas, o ofício da Rede Amazônia Negra (RAN), a Política  
257 Nacional dos Povos Ciganos e as burocracias e fluxos de diárias e passagens. Ela sugeriu que até o  
258 meio-dia essas falas fossem realizadas, com posterior intervenção do Pleno, e, em seguida, iniciaria  
259 o intervalo de almoço, quando os conselheiros articulariam a proposta de composição Comissão  
260 Organizadora e das Subcomissões. A Conselheira Byany Sanches (RAN) sugeriu que, a discussão da  
261 Comissão Organizadora ocorresse durante o almoço, mas que fosse discutida a Mesa Diretora e o  
262 requerimento da Rede Amazônia Negra (RAN) antes do intervalo. Ela propôs que o restante das  
263 pautas, como a questão de passagens, fosse discutido online se necessário. Ela agradeceu à Secretaria  
264 Executiva do CNPIR e sugeriu que no dia seguinte um funcionário do Ministério estivesse presente  
265 para auxiliar com as prestações de contas, assinaturas e bilhetes aéreos. A Vice-presidente e  
266 Conselheira Maria Duarte (UNEGRO) sugeriu finalizar a parte da manhã da reunião plenária e que,  
267 antes de saírem para o intervalo do almoço, os conselheiros e conselheiras se reunissem para  
268 amadurecer as ideias e discutir a Comissão Organizadora e as Subcomissões, para o retorno no  
269 período da tarde fosse mais eficiente e pudessem votar com celeridade. Finalizou propondo que os  
270 trinta minutos antes do almoço fossem utilizados para votar o Requerimento da RAN, do qual todos

271 já tinham ciência, e a composição da Mesa Diretora. Em seguida, iniciado o regimento de votação  
272 sobre o Requerimento da RAN, contabilizou-se 20 votos a favor, quatro abstenções e zero votos  
273 contrários. Ato seguinte, leu proposta apresentada para composição da Mesa Diretora, cujas  
274 indicações foram as seguintes: Conselheiro Igor dos Prazeres (CONEN) para orçamento e controle;  
275 Conselheira Mãe Tuca (CCIAO) para povos e comunidades tradicionais; Conselheiro Nuno Coelho  
276 (APNs) para conselho e gestão; Conselheira Maria Julia (CUT) para ações afirmativas. A votação foi  
277 aberta, permitindo que os conselheiros participassem tanto presencialmente quanto online. Após o  
278 encerramento da votação, foi anunciado que a proposta da mesa diretora recebeu 25 votos a favor e  
279 três abstenções. Em seguida, a Vice-presidente e Conselheira Marina Lais Duarte (UNEGRO)  
280 anuncio o encerramento dos trabalhos na parte matutina. A Vice-presidente e Conselheira Marina  
281 Lais Duarte (UNEGRO) iniciou a reunião da tarde apresentando a Sra. Marlete Pereira de Queiroz, da  
282 Associação Nacional das Vidas Ciganas, que fez uma apresentação sobre a dança cigana e a conexão  
283 com os elementos da natureza. A Sra. Marlete Pereira de Queiroz explicou que os ciganos dançam  
284 com os elementos da natureza: água, terra, ar e fogo. Ela destacou que as mulheres são simbolizadas  
285 pelo movimento e energia da dança, enquanto os homens são os guardiões. Ela demonstrou como os  
286 movimentos da dança captam a energia do céu e da terra, distribuindo-a para mudar os ambientes.  
287 Ela mencionou que a dança trabalha com a energia do fogo para transformar coisas negativas em  
288 positivas, trazendo a energia para todos. Ela também comentou sobre a perseguição histórica dos  
289 ciganos, mencionando que nem nas igrejas eles podiam entrar, sendo acolhidos pela natureza. As  
290 danças e reverências dos ciganos, portanto, estão profundamente ligadas à natureza. Ela fez uma  
291 apresentação de Rumba Gitana, desejando que a energia dos elementos da natureza e de Deus  
292 alcançasse a todos presentes. A Vice-presidente e Conselheira Marina Lais Duarte (UNEGRO)  
293 agradeceu a participação da Sra. Marlete e destacou a importância da luta do povo cigano,  
294 especialmente das mulheres ciganas. Ela retomou a pauta do dia, mencionando a necessidade de  
295 finalizar a votação da Comissão Organizadora da CONAPIR. Retomando o período da manhã, a  
296 pedido de conselheiros e conselheiras que a procuraram e solicitaram que ela apresentasse relato de  
297 conversa com a Secretaria Executiva-Adjunta do MIR, Ana Míria, recordou que, durante a discussão  
298 sobre data proposta pela Coordenação Executiva para acontecer a 5<sup>a</sup> CONAPIR, antes de entrar em  
299 regime de votação, foi informada pela Secretaria Executiva-Adjunta do MIR de que não teria  
300 condições da 5<sup>a</sup> CONAPIR ser realizada na data proposta pelo CNPIR de 25 de julho de 2025. Relatou  
301 que informou à Secretaria Executiva-Adjunta que o Pleno ainda estava discutindo a data e que a

302 Secretaria se irritou e se retirou da reunião de maneira desrespeitosa e sem dar satisfações ao Pleno.  
303 Mencionou que, em diálogo fora das dependências da reunião, a Secretaria Executiva-Adjunta teria  
304 dito que o Pleno decidiu o período de 25 a 29 de julho de 2025 apesar do alerta do MIR e que o  
305 CNPIR enfrentaria problemas para executar a Conferência neste prazo, questionou se os conselheiros  
306 e as conselheiras sabiam o que era período de defeso eleitoral e que os recursos dos meses de janeiro,  
307 fevereiro e março são mais escassos. A Vice-presidente e Conselheira Marina Lais Duarte  
308 (UNEGRO) relatou que teria respondido que o Pleno sabe o que é o defeso eleitoral e que a Secretaria  
309 Executiva do CNPIR promoveu oficinas com os conselheiros para informá-los sobre questões  
310 referentes às conferências nacionais de promoção da igualdade racial e preparar a todas e todos para  
311 a 5<sup>a</sup> CONAPIR. Finalizado o relato, ressaltou a necessidade de fortalecer a comunicação com o  
312 Ministério da Igualdade Racial, mencionando que o CNPIR já havia aprovado uma data e tema,  
313 constando de minuta de decreto apresentada à Casa Civil que foi restituída por aquele órgão sem  
314 qualquer diálogo com o CNPIR. Ela relatou que foi solicitado pela sociedade civil a emissão de uma  
315 nota de repúdio devido à falta de comunicação e consideração com o conselho. Sugeriu que o Pleno  
316 deliberasse sobre a proposta de nota de repúdio e, se todos concordassem, em encaminhar a nota para  
317 a Secretaria Executiva do CNPIR, para adoção das providências administrativas. A proposta foi  
318 aprovada por unanimidade, tanto presencialmente quanto online. A Conselheira Byany Sanches  
319 (RAN) destacou a importância da luta das mulheres negras, expressando indignação com a forma  
320 como a vice-presidente foi tratada. Ela ressaltou a importância do trabalho realizado pelos  
321 conselheiros na ponta, em especial na Amazônia, e enfatizou que o comportamento desrespeitoso é  
322 inadmissível. Também ressaltou que os conselheiros são agentes de mobilização e transformação, e  
323 não podem aceitar desrespeito, especialmente em espaços onde estão todos os seus pares. Ela  
324 repudiou o comportamento ocorrido e pediu uma reflexão sobre a intervenção do governo no pleno.  
325 A Vice-presidente e Conselheira Marina Lais Duarte (UNEGRO) retomou a pauta, enfatizando a  
326 necessidade de finalizar a discussão sobre a Comissão Organizadora da V CONAPIR. Mencionou a  
327 presença do Secretário de Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Yuri Silva,  
328 que faria uma apresentação com informes da secretaria. Explicou que, devido à inversão da pauta, a  
329 prioridade foi dada à CONAPIR, à Mesa Diretora, que já havia sido votada, e à coordenação do GT  
330 dos Marcos Legais, para apresentação de proposta de mudança no regimento interno do CNPIR.  
331 Relembrou a proposta de que a composição da Comissão Organizadora conte com nove membros e  
332 das Subcomissões com nove membros cada. Recordou que a Comissão Organizadora seria composta

333 pela Ministra e Presidente do CNPIR, Vice-presidente e nove membros conselheiros titulares. Ela  
334 destacou a necessidade de permitir que suplentes assumam quando os titulares não puderem  
335 comparecer. Mencionou que a Secretaria Executiva do CNPIR acompanharia todas as reuniões da  
336 Comissão Organizadora, que a Coordenação Executiva continuaria trabalhando junto com a  
337 Comissão Organizadora e que as Subcomissões terão coordenadores para levar as propostas e  
338 encaminhamentos. Informou que recebeu uma lista de conselheiros e conselheiras da sociedade civil  
339 que se dispuseram a participar da Comissão Organizadora, sendo elas a CONEN, FONSANPOTMA,  
340 MNU, Coalizão Negra por Direitos, Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado, Alma Preta,  
341 Casa de Cultura Ilê Asé D'Osoguiã, Rede Amazônia Negra e RENAFRO. Mencionou que seria  
342 necessário um consenso em reduzir as representações, para que o Poder Público também compusesse  
343 a Comissão Organizadora, a ser composta por cinco representantes da sociedade civil e quatro do  
344 poder público. O Conselheiro Marcos Faria (CC/PR) solicitou que fosse colocado em votação esta  
345 proposta de composição antes da discussão dos nomes. A Vice-presidente e Conselheira Maria Duarte  
346 (UNEGRO) acatou o pedido de encaminhamento e abriu votação para a composição da Comissão  
347 Organizadora da V CONAPIR com cinco representantes da sociedade civil e quatro do poder público,  
348 de modo que se contabilizou 23 (vinte e três) votos favoráveis, zero votos contrários e zero  
349 abstenções. Ato seguinte, abriu para indicações. A Conselheira Camilla Kely Pacheco (MCom) se  
350 colocou à disposição para compor à Subcomissão de Comunicação. A Conselheira Daniela Luciana  
351 (MIDR) relatou estar na organização da Marcha Nacional das Mulheres Negras e que seria inviável  
352 participar da Comissão Organizadora da V CONAPIR. O Conselheiro Marcos Faria (CC/PR) se  
353 colocou à disposição para compor a Subcomissão de Articulação e a Comissão Organizadora da V  
354 CONAPIR. A Conselheira Ana Carolina Souza (MDS) se colocou à disposição para participar na  
355 Subcomissão de Metodologia. O Conselheiro Anderson Quack (MPO) se colocou à disposição para  
356 compor a Subcomissão de Comunicação e a Comissão Organizadora da V CONAPIR. A Conselheira  
357 Marilda Cohen (MCID) se colocou à disposição para compor a Subcomissão de Metodologia. A Vice-  
358 presidente e Conselheira Marina Duarte (UNEGRO) reiterou que Comissão Organizadora e  
359 subcomissões são diferentes e cada membro precisa estar ciente de suas funções. Ela enfatizou a  
360 necessidade de compor a Comissão Organizadora com nove pessoas e continuou esclarecendo a  
361 distinção entre as funções na Comissão Organizadora e nas Subcomissões. Informou que as entidades  
362 da sociedade civil apresentaram um consenso sobre quais organizações comporiam a Comissão  
363 Organizadora da V CONAPIR, sendo elas o Movimento Negro Unificado (MNU), a Coalizão Negra

364 por Direitos, o Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado, Instituto Alma Preta Jornalismo e  
365 FONSANPOTMA. A Conselheira Andreia Amorim (SG/PR) se colocou à disposição para compor a  
366 Subcomissão de Articulação e a Comissão Organizadora da V CONAPIR. A Vice-presidente e  
367 Conselheira Marina Duarte (UNEGRO) sintetizou que, pelo poder público, colocaram-se à disposição  
368 os conselheiros Marcos Faria, Camilla Kely Pacheco, Anderson Quack e Andreia Amorim Dias. Em  
369 seguida, abriu a votação e o pleno aprovou a nova configuração da Comissão Organizadora da 5<sup>a</sup>  
370 CONAPIR com unanimidade. Ato seguinte, passou a palavra ao Secretário do SENAPIR. O  
371 Secretário Yuri Silva começou sua fala agradecendo à vice-presidente e aos presentes, destacando a  
372 importância do CNPIR para garantir a participação e o controle social das políticas de igualdade  
373 racial. Ele mencionou a honra de estar nessa função e a necessidade de seguir os ritos políticos e  
374 ancestrais para garantir uma gestão eficaz. Ele ressaltou a honra de suceder a Sra. Ieda Leal na  
375 Secretaria de Gestão do SINAPIR, reconhecendo sua trajetória e contribuição para o movimento  
376 negro, a educação pública e o sindicalismo brasileiro. Ele destacou a importância de fortalecer os  
377 conselhos nos municípios e estados, enfatizando a necessidade de uma gestão intersetorial e  
378 intergovernamental que inclua a participação social. Mencionou algumas das iniciativas que pretende  
379 implementar, como a revisão da base legal da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial  
380 (PNPIR) e a publicação de um novo decreto presidencial ainda em 2024. Outro ponto abordado foi a  
381 discussão do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que será fruto da 5<sup>a</sup> conferência e um  
382 legado da atual gestão. Ele mencionou os esforços para dialogar com os gestores do Rio Grande do  
383 Sul e fortalecer as políticas de atendimento às vítimas de emergências climáticas, fruto do racismo  
384 ambiental. Ele também destacou a importância de transferir recursos diretamente para os municípios  
385 e estados para fortalecer o sistema. Ele finalizou reiterando a importância do CNPIR para as políticas  
386 de igualdade racial no Brasil, agradecendo pela recepção calorosa e pedindo bênçãos aos presentes,  
387 comprometendo-se a continuar trabalhando pela promoção da igualdade racial no país. Em seguida,  
388 passou a palavra à Diretora Isadora Bispo (DAI/SENAPIR) para complementações. A Diretora  
389 Isadora Bispo destacou a importância da participação da sociedade civil no fortalecimento SINAPIR.  
390 Ela propôs criar um caminho de comunicação e diálogo direto com os conselhos regionais para apoiar  
391 a estruturação e ampliação do SINAPIR. Ela ressaltou que o SINAPIR e o CNPIR são  
392 interdependentes e que a colaboração dos conselheiros é fundamental para o sucesso do sistema. Ela  
393 sugeriu apresentar, na próxima reunião, um histórico do SINAPIR, sua evolução, funcionamento dos  
394 grupos e como os conselheiros podem colaborar no processo de ampliação. Ela pediu a aprovação

395 dos presentes para incluir essa apresentação na agenda da próxima reunião, com o objetivo de  
396 envolver todos na construção conjunta do SINAPIR, base do Estatuto da Igualdade Racial. O  
397 Conselheiro Igor dos Prazeres (CONEN) iniciou sua fala parabenizando o Secretário pela nomeação  
398 em um cargo tão importante e elogiando sua primeira interação com o Conselho Nacional de  
399 Promoção da Igualdade Racial (CNPIR). Ele ressaltou o legado ancestral de sua capacidade de  
400 articular uma gestão integrada entre sociedade civil e governo. Ele destacou a importância de o  
401 Secretário Yuri Silva trazer esperança para o movimento negro, enfatizando a necessidade de uma  
402 gestão que promova a igualdade racial e combata o racismo, valorizando todos os segmentos étnicos  
403 da população brasileira. Ele propôs a criação de uma Câmara Temática de Promoção da Igualdade  
404 Racial no Consórcio Nordeste, visando fortalecer as lutas e conquistas do movimento negro. Ele  
405 finalizou sua fala reafirmando a confiança na SENAPIR e na equipe, e reiterou o compromisso de  
406 trabalhar juntos para construir a promoção da igualdade racial no Brasil. O Conselheiro Airton  
407 Ferreira (Coalizão Negra por Direitos) destacou a importância de mapear a presença de conselhos,  
408 secretarias e coordenações de igualdade racial em nível estadual e municipal, ressaltando a falta de  
409 compromisso do poder público em muitos lugares. Ele enfatizou a necessidade de fortalecer esses  
410 conselhos e coordenações para melhorar a implementação das políticas de igualdade racial. A  
411 Conselheira Rosa Negra (MNU) expressou seu apreço pelo Secretário Yuri Silva e agradeceu por  
412 honrar a memória e o trabalho da Sra. Ieda Leal, uma figura significativa no movimento negro e  
413 sindical. Ela ressaltou a necessidade urgente de estratégias para fortalecer e implementar conselhos  
414 de promoção da igualdade racial em localidade que ainda não existem, especialmente considerando  
415 a proximidade da Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Ela também pediu uma  
416 maior aproximação e comunicação entre a Secretaria e o Conselho, para que os conselheiros estejam  
417 mais informados e possam protagonizar as ações nos estados. O Conselheiro Anderson Quack (MPO)  
418 expressou sua alegria em receber o Secretário Yuri Silva no Conselho e no governo, reconhecendo a  
419 importância de continuar o trabalho iniciado por seus predecessores. Ele destacou a importância da  
420 participação no processo de eleição do CNPIR e a luta para fortalecer os ministérios em um período  
421 de reestabelecimento. A Conselheira Daniela Luciana (MIDR) saudou o Secretário Yuri Silva,  
422 elogiando sua rápida iniciativa de falar com o conselho após assumir o cargo. Ela destacou a  
423 importância de maior articulação política entre os conselheiros do governo, mencionando que a única  
424 presença constante do governo no conselho tem sido da equipe da Secretaria Executiva do CNPIR.  
425 Ela ainda enfatizou a necessidade de comunicação eficiente e articulação política dos representantes

426 do governo no conselho, pedindo para que ele ajude a melhorar essa situação. A Conselheira Valdice  
427 Gomes (APNs) expressou sua felicidade pela nomeação do Secretário Yuri Silva, destacando sua  
428 militância. Ela mencionou a importância da comunicação entre os gestores estaduais e municipais,  
429 relatando dificuldades enfrentadas em Alagoas, onde atua no conselho estadual. Ela também ressaltou  
430 a necessidade de criação e fortalecimento dos conselhos municipais, especialmente em anos  
431 eleitorais, e a importância de capacitação para os conselheiros. A Conselheira Byany Sanches (RAN)  
432 destacou a importância do SINAPIR para a gestão municipal e estadual, mencionando exemplos do  
433 Pará. Ela propôs que se faça um levantamento para entender como o sistema está operando nos  
434 estados e sugeriu a criação de recomendações para os estados e municípios. Ela enfatizou a  
435 importância de garantir equipes adequadas para a implementação das políticas de igualdade racial. O  
436 Conselheiro Danilo Moura (CCIAO) expressou sua alegria com a indicação do Secretário Yuri Silva  
437 e destacou o compromisso com o enfrentamento racial, tanto como estudante quanto em sua carreira  
438 como jornalista na Bahia. Ele parabenizou o Secretário Yuri Silva pelo gesto de estar presente na  
439 reunião e mencionou o esforço do Conselheiro Igor dos Prazeres, que tem uma longa trajetória no  
440 debate sobre a Câmara Técnica da Igualdade Racial. A Conselheira Carlene Printes (MALUNGU)  
441 trouxe à tona a questão da emergência climática, destacando a situação crítica no Sul e a necessidade  
442 de prevenção para o Norte. Ela mencionou a estiagem do ano passado e como a água não subiu o  
443 suficiente, resultando em água insalubre para consumo. Ela enfatizou a falta de acesso à água de  
444 qualidade na região amazônica e pediu que o debate sobre estratégias de prevenção fosse iniciado  
445 para evitar situações críticas similares à do Sul nos próximos meses. O Secretário Yuri Silva  
446 agradeceu as palavras dos conselheiros e destacou que as demandas apresentadas se tornam tarefas  
447 para sua gestão como secretário da SENAPIR. Ele enfatizou a importância da articulação  
448 intergovernamental, afirmando que o SENAPIR não deve ser visto apenas como um sistema  
449 interfederativo, mas também fortemente intergovernamental. Ele ressaltou a necessidade de diálogo  
450 com outros ministérios para garantir que as políticas cheguem aos municípios e estados, destacando  
451 o papel do Ministério da Igualdade Racial como um órgão articulador. Ele mencionou a necessidade  
452 de fortalecer as gestões locais e a participação social, apontando a Diretoria de Avaliação,  
453 Monitoramento e Gestão da Informação (DAMGI/SENAPIR) como responsável pela capacitação dos  
454 conselhos e gestores. Ele reiterou seu compromisso de estar presente nas reuniões do conselho,  
455 pessoalmente ou representado, reforçando a importância de fortalecer o conselho como uma tarefa da  
456 gestão da ministra Sra. Anielle Franco. Retomando de um rápido intervalo, a Vice-presidente e

457 Conselheira Marina Laís Duarte (UNEGRO) e a Secretária-Executiva Adjunta do MIR, Ana Míria  
458 Carinhanha, compuseram à mesa para esclarecer o ocorrido na parte da manhã. O Conselheiro Igor  
459 dos Prazeres (CONEN) falou sobre o Grupo de Trabalho (GT) de Marcos Legais, que teve quatro  
460 convocações para reuniões, mas enfrentou dificuldades em realizar algumas delas. Ele apresentou  
461 uma recomendação para fortalecer os processos democráticos e representativos do poder popular,  
462 propondo que o CNPIR se torne um órgão de caráter deliberativo com mandato trienal para os  
463 conselheiros. Ele destacou a importância de aumentar a interseccionalidade entre governo e sociedade  
464 civil e pediu ao pleno que votasse a recomendação e a prorrogação do GT por mais 06 (seis) meses  
465 para continuar o trabalho de revisão do regimento interno. A Secretária Executiva do CNPIR, Larissa  
466 Santiago, agradeceu ao grupo pelo excelente trabalho e sugeriu que o GT considerasse o Decreto  
467 12.002/2024, que trata das normas para a elaboração, redação, alteração e consolidação dos atos  
468 normativos, especialmente o capítulo sobre colegiados e conselhos criados por lei. Ela sugeriu a  
469 extensão do trabalho do GT para garantir que a nova regulamentação estivesse alinhada com o  
470 decreto, facilitando uma aprovação mais rápida e menos onerosa na Casa Civil. O Conselheiro Igor  
471 dos Prazeres (CONEN) reiterou o pedido de extensão de 6 (seis) meses para o GT de Marcos Legais  
472 devido aos trâmites burocráticos envolvidos na elaboração de decretos e portarias. Ele destacou que  
473 o Conselho não tem o poder de elaborar decretos, mas pode recomendar a elaboração de normas  
474 legais. Ele enfatizou que a recomendação visa tornar o CNPIR um órgão deliberativo, com um  
475 mandato trienal para os conselheiros, fortalecendo tanto os ministérios quanto as entidades da  
476 sociedade civil. Ele mencionou a importância de cumprir princípios como legalidade, imparcialidade,  
477 moralidade, publicidade e eficiência. A Vice-presidente e Conselheira Marina Lais Duarte  
478 (UNEGRO) abriu a votação para a recomendação de tornar o Conselho um órgão deliberativo, com  
479 mandato trienal, e estender o mandato do GT de Marcos Legais por mais seis meses. A proposta foi  
480 aprovada por unanimidade. Em seguida, agradeceu a votação e concluiu os pontos de pauta definidos  
481 como prioritários. Ela mencionou que ainda há tempo para discutir os requerimentos e recomendações  
482 enviados ao Conselho e ver se é possível abordar outros assuntos que surgiem. A Secretária  
483 Executiva Adjunta do MIR, Ana Míria, começou sua fala pedindo desculpas pela interrupção e  
484 esclarecendo que não queria tornar a situação constrangedora. Ela mencionou que foi citada  
485 nominalmente e que havia insatisfação com suas declarações anteriores. Ela explicou que, no período  
486 da manhã, apenas sugeriu a possibilidade de estender o mandato, apresentando a resolução pertinente.  
487 Argumentou que teve um limite de tempo para participar da reunião, até às 11hrs, devido a outros

488 compromissos e comunicou a Diretora Isadora Bispo, que estava na mesa, sobre sua necessidade de  
489 sair. Reforçou que veio prestar esclarecimentos específicos sobre o PRODOC com o PNUD, e que  
490 não sabia se isso havia sido discutido na reunião. Ela relatou que, após a reunião, foi abordada pela  
491 Vice-presidente e Conselheira Marina Duarte, que anotou seu telefone para continuar a conversa. Ela  
492 enfatizou sua preocupação com os prazos curtos para as atividades estaduais e municipais da V  
493 CONAPIR, mas reconheceu a decisão do Conselho. Ela se colocou à disposição para continuar o  
494 diálogo e mencionou as dificuldades enfrentadas pelo Ministério, como problemas de organização da  
495 agenda e nomeações recentes. Concluiu dizendo que não queria ser autoritária e que estava aberta a  
496 discutir qualquer questão que tenha causado descontentamento. A Vice-presidente e Conselheira  
497 Marina Duarte (UNEGRO) respondeu que, na ocasião, durante a votação, a Secretária Ana Míria  
498 mencionou a ela que a data de 25 de julho provavelmente teria que ser mudada, e que teria respondido  
499 que o ponto levantado pela Secretária Ana Míria ainda estava em discussão e não havia sido  
500 deliberado. Ela destacou a importância de respeitar o pleno e aguardar a finalização dos pontos de  
501 pauta antes de sair da reunião. Ela explicou que sua intenção era manter a integridade do processo e  
502 que suas ações foram baseadas em percepções e comunicações recebidas de outros conselheiros.  
503 Ainda reafirmou que está comprometida com a deliberação do pleno e com a continuidade do diálogo.  
504 A Secretária Ana Míria respondeu afirmando que sua versão dos eventos é diferente. Ela explicou  
505 que mencionou a possibilidade de mudança na data devido à Marcha Nacional das Mulheres Negras,  
506 mas não teve a oportunidade de discutir plenamente antes de sair. Ela também negou ter questionado  
507 o conhecimento da Vice-presidente e conselheira Marina Duarte sobre o período eleitoral e esclareceu  
508 que estava preocupada com o prazo. Ela lamentou que uma conversa privada entre elas tenha sido  
509 trazida à plenária de forma mal interpretada. Reafirmou seu respeito pelo Conselho e mencionou que  
510 o Ministério continua à disposição para trabalhar em conjunto. Ela informou que, desde sua saída,  
511 foram realizadas reuniões para tratar das questões levantadas e que espera que as atividades do  
512 conselho sigam conforme planejado. O Conselheiro Marcos Faria (CC/PR) lamentou a situação,  
513 destacando a importância de uma postura democrática e reconhecendo o valor do pedido de desculpas.  
514 Ele elogiou a iniciativa da Secretária Ana Míria de vir explicar a situação, ressaltando a importância  
515 de comunicação e compromisso dentro do conselho. Ele acredita que uma solução positiva pode ser  
516 alcançada e que é importante seguir as decisões do plenário. O Conselheiro Igor dos Prazeres  
517 (CONEN) reforçou que embora o ocorrido seja relevante, as decisões do plenário já foram tomadas  
518 e devem ser respeitadas. Ele destacou a necessidade de seguir o regimento interno, que determina as

519 regras de participação nas sessões do plenário, garantindo a ordem e a democracia interna. A  
520 Conselheira Zelia Amador (Notório-saber) lamentou a situação, reconhecendo a coragem da  
521 Secretária Ana Míria ao vir prestar esclarecimentos. Ela destacou a importância de ouvir todos os  
522 lados antes de tomar decisões para evitar uma votação parcial. A Vice-presidente e Conselheira  
523 Marina Lais Duarte (UNEGRO) enfatizou que todos têm um compromisso com o conselho. Ela  
524 ressaltou a importância de resolver os assuntos no momento certo e reiterou que a votação foi  
525 solicitada pelo pleno, portanto, será encaminhada conforme decidido. A Conselheira Maria Júlia  
526 (CUT) expressou compreensão pelos debates acalorados e elogiou a disposição da Secretária Ana  
527 Míria em vir esclarecer a situação. Ela propôs retirar a nota de repúdio para evitar criar um clima  
528 negativo e enfatizou a importância de manter uma boa relação com o Ministério da Igualdade Racial  
529 para a organização da conferência, sugerindo resolver a questão de forma a manter a colaboração  
530 necessária para o trabalho futuro do conselho. A Conselheira Deuzilia Pereira (Grupo de Mulheres  
531 Negras Dandara do Cerrado) expressou que é contra a retirada da proposta da nota de repúdio. Ela  
532 ressaltou que, ao fazê-lo, estariam questionando a credibilidade da Vice-presidente e Conselheira  
533 Marina, que havia relatado a situação. Afirmou que, embora possam ter cometido um erro ao não  
534 ouvir ambos os lados, a decisão já havia sido tomada e que retirar a proposta poderia criar um  
535 precedente perigoso. A Vice-presidente e Conselheira Marina Lais Duarte (UNEGRO) explicou que  
536 a nota de repúdio foi discutida devido ao desrespeito ao pleno do conselho e que a decisão foi tomada  
537 para registrar esse desrespeito. A Conselheira Daniela Luciana (MIDR) argumentou que o ponto  
538 central não era pessoal, mas institucional. Ela destacou que foi a falta de respeito ao pleno e à vice-  
539 presidência que motivou a moção, e que permitir esse tipo de interferência do Ministério  
540 comprometeria a legitimidade e a seriedade do conselho. A Conselheira Zelia Amador (Notório-  
541 saber) destacou que o ocorrido deve servir como aprendizado para futuras deliberações. A  
542 Conselheira Elaine Toledo (Alma Preta) sugeriu que o problema é maior do que apenas o incidente  
543 com a Secretária Ana Míria. Ela criticou a ausência do governo nas reuniões do conselho e destacou  
544 a importância de um acompanhamento constante por parte do Ministério da Igualdade Racial. Ela  
545 propôs que a nota de repúdio deveria ser direcionada à falta de acompanhamento do governo, em vez  
546 de personalizar a questão com a Secretária Ana Míria. Devido a outras agendas da Secretária, a Vice-  
547 presidente e Conselheira Marina Duarte (UNEGRO) agradeceu a presença da Secretária Ana Míria.  
548 O Conselheiro Danilo Moura (CCIAO) sugeriu que o texto da nota de repúdio seja despersonalizado  
549 e que contemple, também, a recomendação para que o poder público esteja mais presente nas

550 reuniões, de modo a unificar em apenas um documento. Sugeriu que poderia escrever o texto em  
551 conjunto com a Conselheira Elaine Todelo, caso haja concordância. O Conselheiro Anderson Quack  
552 (MPO) esclareceu que a percepção sobre a nota de repúdio foi baseada em um relato de caso de  
553 assédio moral, que foi o que direcionou o seu voto, e que em nenhum momento personalizou os  
554 envolvidos. Argumentou que o entendimento foi de que não se pode compactuar, de forma alguma,  
555 com assédio, e que o governo federal, no âmbito da CGU, tem trabalhado frontalmente com esse  
556 assunto, de modo que situações de assédio não ocorram nos espaços de governo. Expressou sua  
557 discordância com a menção ao Ministério na nota e que constar em ata a insatisfação do conselho em  
558 relação ao ministério é algo paralelo à nota aprovada. A Vice-presidente e Conselheira Marina Lais  
559 Duarte (UNEGRO) agradeceu e explicou que a questão discutida foi sobre o comportamento que ela  
560 considerou desrespeitoso durante a reunião. Ela encerrou afirmando que a questão central é o  
561 desrespeito ao pleno e sugeriu um encaminhamento para formalizar a nota de repúdio juntamente  
562 com uma recomendação para que o Ministério acompanhe melhor as reuniões do conselho. O  
563 Conselheiro Wanderson do Nascimento (Notório-saber) expressou preocupação com a recorrente  
564 falta de comunicação e a acumulação de insatisfações que geram conflitos nas reuniões. Ele destacou  
565 a importância de abordar essas questões para manter um funcionamento saudável do conselho e  
566 mencionou um erro de comunicação sobre a data de uma Marcha, que contribuiu para a confusão. A  
567 Conselheira Daniela Luciana (MIDR) refletiu que o problema principal é o descaso do Ministério e  
568 outros órgãos envolvidos. Ela sugeriu que a nota de repúdio enfatizasse a necessidade de presença  
569 constante de representantes do Ministério nas reuniões do conselho. Ela também destacou a  
570 importância de respeitar o regimento que exige a presença da titular do Ministério. A Vice-presidente  
571 e Conselheira Marina Lais Duarte (UNEGRO) sintetizou a decisão de que o Conselheiro Danilo  
572 Moura (CCIAO) faria a escrita da nota e apresentaria para revisão e deliberação pelo Conselho. A  
573 Secretária Executiva do CNPIR, Larissa Santiago, anunciou que a Diretora Paula Balduino estava  
574 presente para apresentar o Programa Aquilomba Brasil e a construção da Política Nacional de Povos  
575 Ciganos. Ela também destacou a necessidade de votar a indicação de 6 (seis) conselheiros para a  
576 reunião do Fórum Interconselhos em julho de 2024. Ela enfatizou a importância de resolver essas  
577 questões antes do término da reunião, visto que a próxima reunião seria extraordinária com pauta  
578 única. A Conselheira Bruna Ravenna (FONATRANS) destacou a dificuldade de diálogo com o  
579 Ministério e a Ministra, enfatizando a necessidade de uma agenda para fortalecer a articulação política  
580 e institucional para a população de travestis e transsexuais negros e negras. Ela propôs a realização

581 de uma ação em Brasília sobre transracismo ambiental em julho, solicitando apoio do Ministério da  
582 Igualdade Racial (MIR) e do SENAPIR para financiar a participação de 20 (vinte) estudiosos do tema,  
583 incluindo passagens e diárias. Ela mencionou a importância do apoio devido à relevância do tema  
584 para essas populações e reiterou a necessidade de uma resposta às solicitações feitas anteriormente à  
585 Ministra. Ela pediu que o SENAPIR aprovasse o apoio solicitado e encaminhou o pedido formal,  
586 prometendo apresentar o ofício da solicitação para viabilizar a tramitação e a participação dos  
587 estudiosos. Foi aberta a votação para o requerimento da Conselheira Bruna Ravenna. Por unanimidade  
588 foi aprovado pelo conselho o requerimento de apoio. Ato seguinte, a Vice-presidente e Conselheira  
589 Marina Duarte (UNEGRO) convidou a Diretora Paula Balduino para informes. A Diretora Paula  
590 Balduino agradeceu a oportunidade de dialogar e destacou o trabalho realizado pela Diretoria de  
591 Políticas para Quilombolas e Ciganos dentro do Ministério da Igualdade Racial. Sobre a pauta  
592 quilombola, ela ressaltou a criação do Programa Aquilomba Brasil, que retoma e amplia os objetivos  
593 do antigo Programa Brasil Quilombola (PBQ), criado em 2004. Esse novo programa é baseado nas  
594 recomendações da CONAC apresentadas em 2022. Os principais objetivos do Aquilomba Brasil  
595 incluem a regularização dos territórios quilombolas e a implementação da Política Nacional de Gestão  
596 Territorial e Ambiental Quilombola (PNGTAQ), decretada pelo Presidente Lula em novembro de  
597 2023. Em relação à pauta cigana, ela mencionou o processo de elaboração de uma normativa  
598 institucional para políticas para povos ciganos. Diferente dos quilombolas, os ciganos são pouco  
599 atendidos pelo Estado, então foi necessário um processo de escuta nos territórios ciganos para ajustar  
600 as políticas às suas necessidades reais. Esse processo resultou na Caravana Brasil Cigano, que visitou  
601 várias regiões do Brasil para ouvir as demandas da comunidade. O documento de política pública foi  
602 ajustado com base nessas escutas e está pronto para ser publicado, aguardando apenas a agenda do  
603 Presidente Lula. Ela destacou a importância do CNPIR, que indicou representantes para o Comitê  
604 Gestor do Aquilomba Brasil e que continuará a ser um parceiro fundamental na implementação das  
605 políticas. Ela expressou a disposição de sua diretoria para colaborar e reconheceu as limitações de  
606 pessoal e recursos do ministério. Por fim, reforçou o compromisso da diretoria com a participação  
607 ativa e contínua nos processos e pediu compreensão para a ausência em algumas reuniões devido às  
608 múltiplas responsabilidades e ao volume de trabalho. A Vice-presidente e Conselheira Marina Lais  
609 Duarte (UNEGRO) agradeceu à diretora Paula Balduino pela presença e pelos informes. Em seguida,  
610 informou sobre a necessidade de agendar a próxima Reunião Extraordinária, que será virtual, para  
611 definir a participação no Fórum Interconselhos que está agendada para 11 de julho. Foi decidido que

612 a Reunião Extraordinária será no dia 4 de junho, às 9h da manhã, para que haja tempo hábil para a  
613 emissão das passagens até o dia 11 de julho. A Secretaria Executiva do CNPIR, Larissa Santiago,  
614 esclareceu os critérios para a indicação dos 6 (seis) conselheiros para a reunião do Fórum  
615 Interconselhos, que incluem paridade de gênero, cota étnico-racial e representatividade regional. O  
616 Conselheiro Marcos Faria (CC/PR) informou que o CNPIR terá duas representantes na COP 29, as  
617 conselheiras Elaine e Carlene, como observadoras, e solicitou que sejam feitas gestões para que elas  
618 fossem credenciadas como representantes do governo, permitindo uma participação mais plena nas  
619 rodadas de negócios e nos debates. Ele pediu que essa questão seja discutida na próxima reunião. A  
620 Conselheira Elaine Toledo (Alma Preta) mencionou que os custos da viagem da Conselheira Carlene  
621 Printes (MALUNGU) ainda não foram cobertos, ao contrário da viagem do Alma Preta, e solicitou  
622 apoio do Conselho para financiar as despesas da Conselheira Carlene Printes para a COP 29. O pedido  
623 de apoio foi aprovado com unanimidade pelo Pleno. A Secretaria Executiva do CNPIR, Larissa  
624 Santiago, informou que a COP 29 será no Azerbaijão, em novembro, e que até lá o Pleno teria  
625 condições de montar uma pauta para encaminhar ao Ministério. Em seguida, a Vice-presidente e  
626 Conselheira Maria Duarte (UNEGRO) convidou os representantes do Instituto do Clima para  
627 apresentar a proposta de Pesquisa Nacional Participa Clima. A Sra. Naira Santa Rita, fundadora e  
628 diretora executiva do Instituto do Clima, iniciou sua fala destacando que é uma sobrevivente  
629 deslocada climática de Petrópolis. Informou que, na Câmara dos Deputados, foi apresentada a  
630 iniciativa Pesquisa Nacional Participa Clima, que surgiu como uma demanda da sociedade civil. O  
631 objetivo é realizar um mapeamento nacional de dados para embasar políticas públicas no  
632 enfrentamento ao racismo ambiental e à crise climática. Ela solicitou o apoio dos conselheiros para  
633 que a pesquisa alcance as comunidades mais afetadas, como negras, indígenas, quilombolas, mulheres  
634 e crianças. O Sr. Matheus, também fundador e diretor executivo do Instituto do Clima, complementou  
635 a fala da Sra. Naira. Ele explicou que a Pesquisa Participa Clima é uma iniciativa de participação  
636 social envolvendo o governo federal, organizações da sociedade civil e o poder legislativo. O objetivo  
637 é construir uma articulação nacional para mensurar dados sobre racismo ambiental e adaptação  
638 climática justa. Ele mencionou que até o dia 18 de junho coletarão contribuições através de um  
639 formulário. A partir de 25 de junho, a pesquisa será lançada na plataforma Participa Mais Brasil para  
640 diálogo com a sociedade. Ele pediu o apoio formal das organizações representadas pelos conselheiros  
641 para construir essa conexão com a base. Ambos enfatizaram a importância de participação e  
642 colaboração para o sucesso da iniciativa, visando criar políticas públicas informadas e efetivas no

643 combate ao racismo ambiental e adaptação climática. A Conselheira Daniela Luciana (MIDR)  
644 solicitou que mandem o formulário para ela, encarregando-se de repassar para todos do CNPIR. A  
645 Vice-presidente e Conselheira Marina Lais Duarte (UNEGRO) agradeceu a presença do Instituto  
646 DuClima e concluiu a reunião abordando os pedidos de requerimento de informação pendentes pelos  
647 conselheiros, que seriam debatidos no dia seguinte. Assim, finalizou-se o primeiro dia da 86<sup>a</sup> Reunião  
648 Ordinária do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR).

649 No dia vinte e nove de maio de dois mil e vinte e quatro, às treze horas e trinta minutos, no Edifício  
650 Sede I – Banco do Brasil, Torre Norte, 15º Andar, Sala de Videoconferência 2, iniciou-se o segundo  
651 dia da 86<sup>a</sup> Reunião Ordinária do CNPIR. O dispositivo de honra fora composto pela Vice-presidente  
652 e Conselheira Marina Lais Duarte (UNEGRO), que iniciou sua intervenção destacando a importância  
653 de manter as discussões do conselho restritas e bem-organizadas. Ela mencionou que, apesar de  
654 muitas sugestões e dicas compartilhadas, o avanço mais significativo da reunião foi reconhecer a falta  
655 de presença do Ministério da Igualdade Racial nas reuniões do conselho. Ela enfatizou a necessidade  
656 de ter um representante constante do ministério nas reuniões, especialmente nas reuniões executivas.  
657 Ela ressaltou que, mesmo com a agenda lotada da ministra, é essencial ter alguém acompanhando as  
658 atividades do conselho para garantir a comunicação eficaz e a tomada de decisões. Ela comentou  
659 sobre a importância de organizar a estrutura interna do conselho, evitando ruídos e conversas paralelas  
660 que possam causar desentendimentos. O objetivo é garantir uma evolução positiva nas reuniões e nas  
661 ações do conselho. Finalizou a fala convidando a Sra. Mônica Oliveira e a Sra. Magali Naves para  
662 suas apresentações sobre metodologia da V CONAPIR e pautas internacionais, respectivamente,  
663 dando continuidade à agenda da tarde. A Sra. Monica Oliveira, começou relatando sua trajetória no  
664 movimento negro e na gestão pública, incluindo seu trabalho com a Ministra Luísa Bairros. Ela  
665 compartilhou sua experiência na organização de conferências nacionais de igualdade racial,  
666 destacando a importância de conectar a sociedade civil com o governo. Ela apresentou um histórico  
667 das conferências anteriores, especialmente a terceira CONAPIR, realizada em 2013, explicando seu  
668 tema, "Democracia e Desenvolvimento sem Racismo por um Brasil Afirmativo", e os objetivos, que  
669 incluíam avaliar políticas de igualdade racial, propor novas recomendações e fortalecer a  
670 institucionalização do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR). Ela detalhou  
671 o processo de organização da conferência, incluindo a convocação, a elaboração do regimento e a  
672 participação de estados e municípios. Ela ressaltou a importância de garantir a participação de  
673 segmentos minoritários, como os povos ciganos e quilombolas, através de plenárias específicas. Ela

674 também falou sobre os desafios enfrentados, como a necessidade de contratar consultorias para  
675 elaboração e sistematização de propostas e a dificuldade de lidar com equipes que não tinham  
676 conhecimento profundo sobre políticas de igualdade racial. Ela enfatizou a importância de ter um  
677 sistema de propostas e monitoramento para acompanhar a implementação das resoluções da  
678 conferência e a necessidade de uma abordagem didática para garantir a qualificação dos participantes  
679 no processo conferencial. Ela concluiu destacando a importância de um processo participativo,  
680 qualificado e avaliativo para a 5<sup>a</sup> CONAPIR, recomendando que se avaliem os avanços e desafios  
681 das políticas anteriores para garantir um debate mais fundamentado e produtivo. O Conselheiro  
682 Anderson Quack (MPO) informou que, em futuras conferências, a SECOM deve ser convidada  
683 devido ao seu trabalho com acessibilidade na comunicação. Ele ressaltou a importância de se  
684 antecipar em relação a isso e elogiou a apresentação da Sra. Mônica, destacando a necessidade de  
685 aprender com conferências anteriores para aprimorar as futuras. A Conselheira Bruna Ravena  
686 (FONATRANS) enfatizou a importância de considerar raça, gênero e diversidade nas conferências,  
687 incluindo grupos específicos como comunidades trans, LGBT, ciganos e quilombolas. Ela destacou  
688 que esses grupos muitas vezes são atropelados por grandes demandas e pediu que se pense na inclusão  
689 desses recortes nas recomendações para a quinta CONAPIR. Ela também ressaltou a necessidade de  
690 trabalhar a acessibilidade para pessoas com deficiência, incluindo pessoas negras com deficiência,  
691 nas conferências. A Conselheira Byany Sanches (RAN) destacou os desafios enfrentados nas  
692 conferências anteriores devido à falta de compromisso dos gestores estaduais. Ela mencionou a  
693 necessidade de uma provocação mais incisiva por parte do Ministério da Igualdade Racial (MIR) para  
694 garantir a participação dos estados. Ela compartilhou a importância de ter decretos oficiais dos  
695 governadores e prefeitos para assegurar a logística e a participação das populações indígenas,  
696 quilombolas e ribeirinhas. Ela sublinhou a necessidade de um documento oficial para evitar atrasos e  
697 garantir que as conferências sejam realizadas de maneira eficaz. O Conselheiro Wanderson do  
698 Nascimento (Notório-saber) agradeceu a Sra. Mônica pela apresentação e destacou a importância de  
699 como o texto base do Conselho pode subsidiar as conferências municipais e estaduais. Ele mencionou  
700 que algumas conferências já foram realizadas sem esse texto base, o que é um ponto a ser resolvido.  
701 Ele enfatizou a necessidade de criar o texto base e renegociar com estados e municípios que já fizeram  
702 conferências, para alinhar as propostas com o tema da conferência nacional. Ele questionou como foi  
703 a relação entre o conselho e a consultoria na construção do texto base nas conferências anteriores. O  
704 Conselheiro Igor dos Prazeres (CONEN) reforçou a necessidade de estimular estados e municípios a

705 realizarem suas conferências, destacando a importância da informação sobre a data da conferência  
706 nacional. Ele mencionou as dificuldades enfrentadas nos últimos seis anos devido aos governos  
707 antidemocráticos e a importância de criar estratégias para garantir a realização das conferências  
708 estaduais e municipais. Ele sugeriu que a Casa Civil e outras entidades interfederativas poderiam  
709 dialogar e estimular os estados, possivelmente utilizando incentivos fiscais como estímulo para a  
710 realização das conferências. Ele também ressaltou a importância do diálogo com conselhos estaduais  
711 e mencionou que em Pernambuco o conselho estadual precisa ser reconstruído para viabilizar a  
712 conferência. Por fim, destacou a relevância da Reunião Interconselhos para discutir essa pauta e  
713 garantir a sua inclusão na ordem do dia. A Conselheira Rosa Negra (MNU) elogiou a apresentação e  
714 ressaltou o desafio que será para os estados e municípios que já realizaram suas conferências, como  
715 Rondônia, que já fez até a conferência estadual. Ela questionou como será a orientação para esses  
716 estados, se o mesmo texto base será enviado ou se serão necessárias conferências livres. Ela destacou  
717 a dificuldade de realinhar essas conferências já realizadas com os novos critérios e a necessidade de  
718 uma abordagem dupla para estados que já retiraram seus delegados. Ela enfatizou que a comissão  
719 organizadora tem um grande desafio pela frente para dialogar com diferentes realidades. O  
720 Conselheiro Danilo Moura (CCIAO) agradeceu a apresentação e destacou a importância das  
721 conferências como método inovador. Ele apontou um problema recorrente de que as propostas das  
722 conferências anteriores muitas vezes não são implementadas, gerando um sentimento de frustração.  
723 Ele sugeriu que, antes de dar novos passos, é fundamental conferir o que foi feito anteriormente,  
724 avaliar o que foi implementado e o que ainda é necessário. Ele propôs a criação de um mecanismo ou  
725 processo para essa avaliação, para conferir o avanço das políticas públicas oriundas das conferências  
726 passadas e assim dar mais ânimo aos participantes. A Conselheira Zélia Amador (Notório-saber)  
727 agradeceu a Sra. Mônica pela apresentação e reconheceu que o trabalho será árduo, especialmente  
728 em estados que já realizaram suas conferências. Ela ressaltou a necessidade de adequar as  
729 conferências já realizadas ao novo texto base que será elaborado. Ela sugeriu que, onde as  
730 conferências ainda não ocorreram, o processo deve começar imediatamente. Ela propôs a realização  
731 de uma mesa ou painel na conferência nacional para apresentar um retrato do que o Estado brasileiro  
732 tem feito até agora para combater o racismo e eliminar a discriminação racial, oferecendo uma forma  
733 de acerto de contas e avaliação do progresso. O Conselheiro Airton Ferreira (Coalizão) destacou a  
734 importância de trazer propostas ao Congresso para garantir que as etapas sejam cumpridas. Ele  
735 mencionou a preocupação com os recursos, especialmente considerando a realidade de transição de

736 governo, onde muitas vezes os arquivos e informações são levados, dificultando a continuidade. Ele  
737 enfatizou a necessidade de um decreto para a realização das conferências municipais até maio do  
738 próximo ano, seguido das estaduais e, finalmente, a nacional. A Conselheira Maria Julia (CUT)  
739 elogiou a apresentação da Sra. Mônica e afirmou que isso ajudará muito no processo de organização  
740 da 5<sup>a</sup> CONAPIR. Ela destacou a importância de fazer um balanço das propostas anteriores, sugerindo  
741 que, na 5<sup>a</sup> CONAPIR, seja apresentada uma comparação das resoluções e principais propostas das  
742 conferências passadas. Ela mencionou que é crucial não repetir os mesmos erros e buscar avançar,  
743 além de garantir que as conferências estaduais e municipais tenham relatórios completos. O  
744 Conselheiro Anderson Quack (MPO) agradeceu a contribuição e sugeriu olhar para a agenda  
745 transversal e as oficinas setoriais realizadas pelo Ministério do Planejamento e Orçamento. Ele  
746 mencionou que o painel de transparência do orçamento público federal pode ser uma ferramenta útil  
747 para o CNPIR, permitindo uma melhor compreensão das entregas e programas que estão sendo  
748 monitorados. Ele sugeriu que isso poderia ajudar na elaboração de propostas mais bem informadas  
749 para a conferência. A Sra. Mônica abordou a importância de considerar as várias identidades,  
750 especialmente a população LGBT, incluindo travestis e trans, para garantir a participação igualitária  
751 nas conferências. Ela destacou a necessidade de acessibilidade, como exemplares em Braille e  
752 intérpretes de Libras, e a importância de orçamentos bem planejados para incluir essas necessidades.  
753 Ela mencionou que a crítica aos processos conferenciais, como a falta de avaliação das políticas  
754 públicas, é válida. Destacou que, na 3<sup>a</sup> CONAPIR, havia um foco em avaliação e que a atual  
755 conferência precisa incluir esse componente para garantir que as políticas estejam sendo  
756 implementadas e avaliadas adequadamente. Ela também enfatizou a importância de envolver o  
757 governo na organização e execução das conferências, e de criar estratégias diferenciadas para Estados  
758 que já realizaram conferências e aqueles que ainda não realizaram. Ela sugeriu a necessidade de  
759 diálogo político para fortalecer o processo e garantir a inclusão de todos os segmentos. A Secretaria  
760 Executiva do CNPIR, Larissa Santiago, destacou que a Secretaria Executiva recebeu apenas 04  
761 (quatro) dos 14 (quatorze) relatórios das conferências realizadas até agora. Ela leu todos os relatórios,  
762 que estão variados em formato e conteúdo, mas todos enviaram delegados e propostas. Ela mencionou  
763 que o conselheiro Sr. Nuno Coelho, coordenador da Coordenação Executiva da 5<sup>a</sup> CONAPIR, esteve  
764 no estado do Rio de Janeiro para acompanhar a conferência estadual, cujo relatório ainda não foi  
765 recebido. Ela enfatizou a importância de mobilizar os conselheiros da comissão organizadora para  
766 visitarem os estados e cobrarem os relatórios das conferências. A Secretaria Executiva está se

767 preparando para apoiar essas viagens oficiais. Ela também falou sobre a importância da avaliação das  
768 conferências anteriores antes de realizar a quinta conferência. Ela mencionou que a próxima oficina  
769 será dedicada à avaliação dos relatórios das conferências passadas, para identificar o que já foi  
770 discutido, documentado e o que ainda precisa ser tratado na próxima conferência. Além disso,  
771 informou que estão trabalhando em um sistema de síntese automática das propostas, em colaboração  
772 com a diretoria de participação digital da Secretaria-Geral da Presidência, para facilitar a  
773 sistematização das propostas. A Sra. Magali Naves se apresentou como socióloga com longa  
774 experiência em teatro de educação, utilizado para conscientização social. Ela reembrou sua trajetória  
775 no movimento negro em São Paulo e sua atuação em diversas conferências regionais e nacionais. Ela  
776 destacou a importância do intercâmbio de experiências e soluções entre diferentes países da América  
777 Latina, enfatizando que todos enfrentam desafios similares devido à colonização e discriminação. Ela  
778 enfatizou a relevância das políticas afirmativas e das conferências internacionais, mencionando como  
779 esses espaços foram fundamentais para discutir e avançar em questões de igualdade racial. Ela  
780 destacou o papel das conferências da ONU e outras organizações internacionais na promoção de  
781 políticas de reparação e ações afirmativas. Ela ressaltou a necessidade de incluir mesas temáticas nas  
782 conferências que abordem o sistema de proteção internacional, como a ONU e a OEA, que permitem  
783 denúncias de racismo e outras violações de direitos. Ela citou exemplos concretos, como o caso Maria  
784 da Penha, que resultou em políticas públicas importantes após a intervenção da OEA. Além disso,  
785 sugeriu que, para a preparação da próxima conferência, é essencial fazer uma avaliação detalhada do  
786 que foi discutido e implementado nas conferências anteriores, identificando avanços e desafios. Ela  
787 destacou a importância da capacitação racial, especialmente para servidores públicos, para garantir  
788 que as políticas de igualdade sejam efetivamente implementadas. Ela também mencionou a  
789 necessidade de uma abordagem educacional que inclua a história da África e o combate ao racismo  
790 desde cedo nas escolas. Ela enfatizou que a inclusão e a conscientização devem ser contínuas e não  
791 apenas eventos pontuais, como feriados ou exposições temporárias. Ela concluiu sua fala oferecendo  
792 seu apoio e colaboração no processo de preparação e execução da próxima conferência, reforçando a  
793 importância de um trabalho conjunto e bem coordenado para alcançar os objetivos de igualdade racial.  
794 A Conselheira Bruna Ravenna (FONATRANS) destacou a importância das incidências políticas  
795 internacionais, principalmente no contexto das políticas raciais. Ela ressaltou a necessidade de  
796 entender como funcionam as incidências nas comissões interamericanas e na ONU. Ela apontou um  
797 desafio significativo: a barreira linguística, já que as línguas aceitas nesses espaços são inglês,

798 espanhol e francês, e muitos membros da população negra no Brasil não têm acesso a uma educação  
799 de qualidade em idiomas estrangeiros. Ela sugeriu que o Conselho Nacional da Promoção da  
800 Igualdade Racial (CNPIR) dialogue com os ministérios e consulados para buscar bolsas e recursos  
801 que possibilitem a criação de cursos de idiomas para jovens negros. Ela também mencionou a  
802 importância de provocar a criação do Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial para financiar  
803 essas iniciativas, facilitando assim a participação em incidências internacionais. A Sra. Magali Naves  
804 respondeu à Bruna explicando que o Brasil faz parte da ONU e, portanto, há estruturas disponíveis  
805 para apoiar a formação. Ela mencionou a existência de programas em que jovens brasileiros podem  
806 passar um tempo nos Estados Unidos em programas de intercâmbio, embora isso não seja amplamente  
807 divulgado. Ela também falou sobre o estágio oferecido pelo Ministério das Relações Exteriores, onde  
808 estudantes podem passar três meses em Veneza, na Comissão de Direitos Humanos. Ela destacou que  
809 já conseguiram enviar três estudantes e estão preparando para enviar mais, mas enfatizou a  
810 necessidade de convencer as estruturas existentes a incluírem mais jovens negros nesses programas.  
811 Ela revelou que existem bolsas de estudo oferecidas pela ONU e que o Brasil já participou trazendo  
812 um responsável pelo direito da ONU para visitar e entender a situação no Brasil. Esse esforço resultou  
813 em bolsas de estudo para jovens brasileiros participarem de intercâmbios e programas de formação,  
814 destacando a importância de continuar trabalhando para ampliar essas oportunidades e garantir que  
815 mais jovens negros tenham acesso a esses recursos e capacitações internacionais. A Conselheira  
816 Maria Júlia (CUT) abordou a importância da efetiva implementação da Lei 10.639 (dez mil seiscentos  
817 e trinta e nove), que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas. Ela  
818 enfatizou a necessidade de capacitar educadores e produzir material pedagógico adequado, criticando  
819 a superficialidade com que a lei tem sido aplicada, muitas vezes limitada a eventos pontuais como  
820 batuques e celebrações no dia 20 de novembro. Ela destacou que, para uma mudança real, as crianças  
821 devem aprender desde cedo que a cor da pele não deve ser motivo de discriminação. Além disso, ela  
822 compartilhou sua experiência nos Estados Unidos, onde viu programas que permitiam a jovens negros  
823 brasileiros visitarem universidades como a Martin Luther King University, uma oportunidade que  
824 não está amplamente disponível. Ela destacou a importância de ter tradução simultânea em reuniões  
825 internacionais para facilitar a participação de falantes de português, e sugeriu que o conselho discuta  
826 com o Ministério das Relações Exteriores como fortalecer essas iniciativas e garantir que esses  
827 espaços de debate sejam acessíveis para todos. O Conselheiro Igor dos Prazeres (CONEN) pediu a  
828 opinião da Sra. Magali sobre a atual conjuntura internacional e como o Brasil pode fortalecer suas

829 relações internacionais, especialmente considerando o papel do Brasil no G20, Mercosul e BRICS.  
830 Ele questionou sobre as estratégias que a sociedade civil pode adotar para influenciar essas discussões  
831 e ressaltou a importância da autodeterminação dos povos, mencionando questões como o embargo a  
832 Cuba e o reconhecimento do Estado da Palestina. Ele fez uma reflexão sobre como a militância  
833 histórica e as relações internacionais podem ser integradas para promover esses debates. A Sra.  
834 Magali Naves destacou a importância das relações internacionais e a influência que elas têm sobre  
835 questões internas e externas. Ela mencionou que, durante os primeiros mandatos de Lula, o Brasil  
836 tinha uma posição forte na África e na América Latina, mas que a situação atual é mais complicada.  
837 Ela enfatizou que, apesar das dificuldades, é essencial manter e fortalecer as alianças com a África,  
838 América Latina e Caribe. Ela também alertou sobre o controle da comunicação e como isso afeta a  
839 percepção pública. Ela argumentou que muitas vezes as notícias que chegam são filtradas e  
840 manipuladas, o que distorce a realidade e dificulta a construção de uma compreensão global precisa.  
841 Ela sugeriu que a falta de informação verdadeira sobre a África é um problema significativo, e que é  
842 necessário buscar formas de melhorar essa comunicação para fortalecer as alianças internacionais.  
843 Ressaltou a importância da presença brasileira em espaços internacionais e a necessidade de capacitar  
844 os jovens para que possam participar efetivamente desses debates. Por fim, ela apoiou a ideia de criar  
845 programas de intercâmbio e capacitação em idiomas para que a população negra brasileira tenha  
846 condições de atuar em esferas internacionais. A Secretária Executiva do CNPIR, Larissa Santiago,  
847 destacou a importância de fortalecer as relações internacionais com representantes africanos na quinta  
848 conferência. Ela mencionou o pedido do FOSANPOTMA para incluir representantes africanos e  
849 ressaltou a necessidade de maior participação nos espaços regionais, como Mercosul, OEA, G20 e  
850 BRICS, que têm sido sistematicamente abandonados. Informou que a próxima oficina poderá contar  
851 com a presença da Sra. Paula Gomes, Chefe da Assessoria Internacional, para discutir a importância  
852 da participação social do Brasil nesses espaços. O Conselheiro Danilo Moura (CCIAO) apoiou a  
853 solicitação de incluir representantes africanos na conferência, mas sugeriu que também fossem  
854 convidados governantes negros da América Latina e afrodescendentes, destacando o peso simbólico  
855 dessa representação. Ele acredita que é importante fortalecer a presença de lideranças negras na  
856 conferência para refletir a diversidade e promover a igualdade racial. O Conselheiro Igor dos Prazeres  
857 (CONEN) enfatizou a importância de continuar os debates sobre as relações internacionais,  
858 destacando que as impressões do conselho já estão inscritas na declaração da cúpula do Rio de  
859 Janeiro. Ele mencionou a necessidade de criar fóruns entre os povos das Américas com maior

860 participação dos conselhos regionais e solicitou a adesão às agendas políticas internacionais, como a  
861 da União Africana. Ele ressaltou a importância de avaliar os avanços da década dos afrodescendentes  
862 e a responsabilidade do Brasil em cumprir as deliberações e acordos internacionais para promover a  
863 igualdade racial. A Sra. Magali Naves enfatizou a importância de fortalecer as relações internacionais,  
864 especialmente com países africanos e latino-americanos, que compartilham histórias e desafios  
865 semelhantes ao Brasil. Ela mencionou as dificuldades que populações isoladas enfrentam devido ao  
866 abandono e às situações complicadas no Norte do Brasil, que são comparáveis às de outros países.  
867 Ela destacou a necessidade de capacitar pessoas para participarem efetivamente nesses espaços  
868 internacionais e compartilhou experiências de intercâmbio e formação de jovens brasileiros em  
869 universidades estrangeiras. Ela também discutiu a importância de ter representantes capacitados que  
870 possam entender e negociar nos fóruns internacionais. Ela ainda mencionou a Convenção Regional  
871 contra o Racismo, que levou oito anos para ser negociada e finalmente foi assinada pelo Brasil, apesar  
872 das dificuldades impostas por governos anteriores. Ela sugeriu que seria interessante convidar pessoas  
873 envolvidas nesse processo para compartilhar suas experiências e conhecimentos, reforçando a  
874 importância da colaboração e do aprendizado contínuo nessas áreas. O Conselheiro Marcos Faria  
875 (CC/PR) destacou a importância das ações afirmativas para as populações negras, enfatizando a  
876 necessidade de vigilância constante para garantir que esses programas sejam realmente eficazes. Ele  
877 mencionou que, embora o Itamaraty tenha sido o primeiro a criar um plano de ações afirmativas,  
878 ainda é uma das instituições que menos absorveu a população negra, juntamente com as  
879 universidades. Ele ressaltou que, apesar de haver metas estabelecidas e algum progresso alcançado,  
880 é crucial observar como essas metas estão sendo implementadas. Ele citou um exemplo pessoal,  
881 mencionando que, mesmo em sua posição de liderança, há uma clara sub-representação de pessoas  
882 negras em seu ambiente de trabalho. Ele também falou sobre a necessidade de organizar a população  
883 para cobrar o governo e garantir que as ações afirmativas sejam realmente efetivas. Ele ainda sugeriu  
884 que, dentro do próprio governo, a população beneficiada por essas ações deveria ser qualificada para  
885 que possam representar adequadamente suas comunidades em momentos decisivos. Ele trouxe a  
886 questão do domínio do idioma, destacando que a população negra deve ser preparada para participar  
887 de eventos internacionais, mesmo que não falem inglês inicialmente. Ele enfatizou que o Conselho  
888 Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) deve manter uma vigilância ativa sobre os  
889 caminhos que os programas de ações afirmativas estão tomando e garantir que incluam a população  
890 negra, as mulheres e a população LGBTQIA+. O Conselheiro Anderson Quack (MPO) abordou a

891 questão da representatividade racial e de gênero nos cargos do Ministério, mencionando a disparidade  
892 nas porcentagens de negros em diferentes níveis de cargos. Ele ressaltou a importância de capacitar  
893 essas pessoas para que, quando houver reestruturações, elas possam aproveitar novas oportunidades.  
894 Ele mencionou que o governo federal tem uma meta de alcançar 30% (trinta) de representatividade  
895 negra nos cargos até 2025, mas apontou que, devido às movimentações internas, essa meta pode não  
896 ser suficiente, sugerindo que uma meta maior deveria ser estabelecida para garantir estabilidade. Ele  
897 compartilhou uma experiência pessoal, que abordou como o racismo, a discriminação e o preconceito  
898 impedem a consolidação de uma classe média negra no Brasil. Ele enfatizou que, mesmo na  
899 administração pública, há uma percepção de subemprego para os negros, com a maioria dos cargos  
900 de liderança sendo ocupados por pessoas brancas. Ele também destacou que, muitas vezes, as pessoas  
901 negras são associadas a ministérios específicos, como Cultura, Igualdade Racial e Direitos Humanos,  
902 e não são vistas em outras pastas importantes como Planejamento e Orçamento. Ele ilustrou isso com  
903 sua própria experiência de ser questionado sobre sua presença em Brasília e no Ministério. Ressaltou  
904 a necessidade de manter a crítica sobre a falta de representatividade e de capacitação adequada para  
905 que pessoas negras possam ocupar espaços de liderança. Ele mencionou que, mesmo com  
906 qualificações semelhantes às de outras pessoas em posições de destaque, os negros enfrentam  
907 barreiras adicionais devido ao racismo. A Vice-presidente e Conselheira Marina Lais Duarte  
908 (UNEGRO) agradeceu a participação das convidadas na reunião, destacando a importância das  
909 informações, paciência, cuidado e carinho trazidos por ela. Ela encerrou a sessão da tarde,  
910 agradecendo a todos os presentes e enfatizando o processo de reconstrução e diálogo que ocorreu  
911 durante a reunião desses dois dias. Assim, finalizou-se a 86<sup>a</sup> Reunião Ordinária do Conselho Nacional  
912 de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR).